

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2017 CONCORRÊNCIA Nº 09/17

Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, nas dependências da Prefeitura Municipal de Candelária, situada na Av. Pereira Rego, 1665 o Prefeito Municipal, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas na CONCORRÊNCIA Nº 09/17, para REGISTRO DE PREÇOS, por deliberação da Comissão de Licitação, homologada em 23/08/2017, e publicada na imprensa oficial, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas com preços mais vantajosos, por item, observadas as condições do Edital que rege a Concorrência, aquelas enunciadas abaixo e nos itens que se seguem.

Nos itens 01, 02, 05, 16, 19, 20, 25, 30, 32, 42, 43, 44, 45, 49, 61, 63, 73, 76, 80, 81, 83, 84, 85, 90, 91, 97, 108, 109, 110, 111, 113, 123, 125, 132, 143, 144, 148, 157, 159, 162, 163, 185, 201, 211, 244, 245, 246 e 247. PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE – EPP, CNPJ 08.863.707/0001-33, com sede na Rua Luiz de Camões nº 372, loja D, Bairro Santo Antônio, Porto Alegre – RS, CEP 90620-150, representada nesse ato, por seu representante legal, Sra. Priscila Rauber Hengemuhle, portadora da cédula de identidade RG nº 8028859414 e CPF nº 968.464.880-49.

1 – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no Edital da CONCORRÊNCIA Nº 09/17, que passa a fazer parte dessa Ata, como parte integrante.

2 – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

2.1 - Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, e conforme do Decreto nº 011/03, de 19 de março de 2003, esse Município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3 – CONTRATO

Para consecução dos fornecimentos dos produtos registrados nessa Ata serão celebradas notas de empenhos específicas com as empresas, conforme a necessidade da Administração.

A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por

conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

4 – PREÇOS

Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços constam do “QUADRO VENCEDOR FINAL”, em anexo a essa Ata.

5 – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PAGAMENTO

5.1 – As solicitações de fornecimento à contratada por parte da Prefeitura serão feitas por escrito, através de notas de empenhos com cópia obrigatória para os fornecedores.

5.2 – Os empenhos poderão ser entregues diretamente para as contratadas ou encaminhados por meios eletrônicos, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis do dia marcado para o fornecimento.

5.3 - Os bens cujos fornecimentos vierem a ser contratados deverão ser entregues em até 10 (dez) dias a contar do recebimento do empenho.

5.4 - Os produtos deverão ser entregues no Setor de Compras – Almoxarifado Central, situada na Rua Lopes Trovão, nº 610, Bairro Centro, em Candelária, RS.

5.5 - Os produtos solicitados e cotados deverão:

- estar de acordo com o solicitado e serem de boa qualidade;
- atender as especificações deste Edital;
- ser entregues e descarregados nas quantidades solicitadas, livres de qualquer ônus para o Município;
- estarem com prazo de validade de no mínimo 06 (seis) meses (quando for o caso).

5.6 - Todos os fornecedores vencedores deverão entregar os produtos de boa qualidade, observando-se o prazo de fabricação dos mesmos, que não poderá ultrapassar 90 dias da data em que serão entregues, caso contrário, estarão sujeitos a não aceitação do produto.

5.7 - Todos os produtos deverão estar em conformidade com a legislação em vigor.

5.8 - O pagamento do objeto licitado será efetuado em parcela única em até 30 dias, por intermédio da Tesouraria do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

5.9 - A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do pregão e número da nota de empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

6 – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor não assinar o contrato quando convocado para tal, sem justificativa aceitável;

c) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;

d) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;

6.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas “a)” a “d)”, será formalizado em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.3 – No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

7- PENALIDADES

7.1 Em caso de INADIMPLEMENTO do contrato, representado pelo descumprimento de quaisquer cláusulas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

7.1.1 Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

7.1.2 Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.1.3 Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.2 Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na entrega dos produtos, em caso de vícios, defeitos ou incorreções dos produtos, o contratado disporá de um prazo de 03 (três) dias úteis para proceder as correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93.

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

8. FISCALIZAÇÃO

8.1 – Cabe a prefeitura proceder à fiscalização rotineira do material recebido, através dos servidores DIONATAN MORALLES DA SILVA, ROSIMERI REHBEIN e CRISTIANO DE MORAES OENNING, quanto à quantidade, ao atendimento de todas as especificações e horários de entrega.

8.2 – Os funcionários do setor de compras estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que esteja sendo entregue fora do horário preestabelecido.

8.3 – As irregularidades constatadas deverão ser comunicadas ao fornecedor, no prazo máximo de 48 horas, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades previstas.

9 – CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

9.1 – Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

9.2 – Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela contratada.

9.3 – Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Prefeitura Municipal, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

10 – FORO

Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata, fica eleito o Foro desta Comarca de Candelária.

11 – CÓPIAS

Da presente Ata são extraídas as seguintes cópias:

- a) uma (1) para a Divisão de Licitações;
- b) uma (1) para a empresa registrada;
- c) uma (1), Procuradoria Jurídica;

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinado pelo Prefeito, representando a Prefeitura e pela Sra. Priscila Rauber Hengemuhle, portadora da cédula de identidade RG nº 8028859414 e CPF nº 968.464.880-49, representando a EMPRESA REGISTRADA.

Candelária, em 23 de agosto de 2017.

PAULO ROBERTO BUTZGE
Prefeito Municipal

PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE
Representante da Empresa

Testemunhas:
